

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	73.421.370
Preferenciais	0
Total	73.421.370
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	750.206	848.724
1.01	Ativo Circulante	213.447	305.842
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.880	192.662
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.660	60.112
1.01.03	Contas a Receber	50.181	48.907
1.01.03.01	Clientes	20.591	24.129
1.01.03.01.01	Créditos Diversos	20.591	24.129
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	29.590	24.778
1.01.03.02.02	Empréstimos a partes relacionadas	29.555	24.708
1.01.03.02.03	Outros créditos	35	70
1.01.07	Despesas Antecipadas	474	908
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.252	3.253
1.01.08.03	Outros	3.252	3.253
1.01.08.03.03	Impostos a Recuperar	3.252	3.253
1.02	Ativo Não Circulante	536.759	542.882
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	325.530	324.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.334	29.670
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.334	29.670
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1	3
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	297.929	294.201
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	297.929	294.201
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	266	265
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	266	265
1.02.03	Imobilizado	795	2.009
1.02.04	Intangível	210.434	216.734

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	750.206	848.724
2.01	Passivo Circulante	254.536	249.721
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.771	2.019
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.771	2.019
2.01.02	Fornecedores	7.009	9.104
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.009	9.104
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	3.855	6.553
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	3.154	2.551
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.993	10.910
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	195.220	177.659
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	404	286
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	404	286
2.01.04.02	Debêntures	194.816	177.373
2.01.05	Outras Obrigações	14.842	19.841
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.344	2.246
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	279	1.023
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.065	1.223
2.01.05.02	Outros	13.498	17.595
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.031	3.386
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	12.059	11.912
2.01.05.02.07	Contas a Pagar	408	2.297
2.01.06	Provisões	30.701	30.188
2.01.06.02	Outras Provisões	30.701	30.188
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	30.701	30.188
2.02	Passivo Não Circulante	379.861	451.391
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	327.520	391.261
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	675	782
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	675	782
2.02.01.02	Debêntures	326.845	390.479
2.02.02	Outras Obrigações	23.432	25.464
2.02.02.02	Outros	23.432	25.464
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	23.432	25.464
2.02.04	Provisões	28.909	34.666
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.244	1.267
2.02.04.02	Outras Provisões	27.665	33.399
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	27.665	33.399
2.03	Patrimônio Líquido	115.809	147.612
2.03.01	Capital Social Realizado	75.819	75.819
2.03.04	Reservas de Lucros	39.990	71.793
2.03.04.01	Reserva Legal	14.168	14.168
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	25.822	57.625

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	85.798	81.360
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.697	-27.544
3.03	Resultado Bruto	52.101	53.816
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.278	-2.102
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.282	-2.096
3.04.02.01	Despesas administrativas	-3.843	-2.096
3.04.02.02	Remuneração da administração	-439	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-6
3.04.05.01	Tributárias	-1	-6
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.823	51.714
3.06	Resultado Financeiro	-6.843	-6.717
3.06.01	Receitas Financeiras	17.185	6.247
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.028	-12.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	40.980	44.997
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.945	-14.731
3.08.01	Corrente	-11.609	-15.200
3.08.02	Diferido	-2.336	469
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.035	30.266
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.035	30.266
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,36820	0,44120
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,36820	0,44120

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	27.035	30.266
4.03	Resultado Abrangente do Período	27.035	30.266

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	56.151	47.077
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.185	47.271
6.01.01.01	Lucro líquido do período	27.035	30.266
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	12.112	9.618
6.01.01.03	Baixas de ativos imobilizados e intangíveis	0	1
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.336	-469
6.01.01.05	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	1.078	1.552
6.01.01.06	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	0	-560
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	15	35
6.01.01.08	Juros e variações monetária de debêntures	20.877	7.596
6.01.01.09	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.289	856
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	58	-3
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	2.473	2.765
6.01.01.12	Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-10.088	-4.385
6.01.01.13	Outras	0	-1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.034	-194
6.01.02.01	Contas a receber	3.538	2.776
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	1
6.01.02.03	Despesas antecipadas	436	360
6.01.02.04	Impostos a recuperar	1.514	750
6.01.02.05	Outros créditos e depósitos judiciais	35	-1
6.01.02.06	Fornecedores	563	-1.638
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	425	-161
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	530	-51
6.01.02.09	Obrigações sociais	-248	111
6.01.02.10	Obrigações fiscais	10.709	13.414
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-16.808	-15.769
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-1.889	35
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-82	-13
6.01.02.14	Credores pela concessão	-37	-8
6.01.02.15	Despesas antecipadas sobre empréstimos	280	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	37.356	13.648
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-12	-73
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-18.084	-872
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-11.897	-17.335
6.02.04	Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	67.349	31.928
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-131.289	294.135
6.03.02	Empréstimos - pagamentos de principal	0	-3.455
6.03.03	Empréstimos - pagamentos de juros	-4	-56
6.03.04	Debêntures - captações	0	400.527
6.03.05	Debêntures - pagamentos de principal	-40.000	-84.168
6.03.06	Debêntures - pagamentos de juros	-27.348	-14.782
6.03.07	Pagamentos de credores pela concessão	-2.926	-2.713
6.03.08	Pagamentos de dividendos	-57.625	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-3.386	-1.218
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.782	354.860
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.662	47.060
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.880	401.920

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	75.819	0	71.793	0	0	147.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.819	0	71.793	0	0	147.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-57.625	-1.213	0	-58.838
5.04.06	Dividendos	0	0	-57.625	0	0	-57.625
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.213	0	-1.213
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.035	0	27.035
5.07	Saldos Finais	75.819	0	14.168	25.822	0	115.809

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.804	0	-1.804
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.804	0	-1.804
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.266	0	30.266
5.07	Saldos Finais	70.839	0	76.199	28.462	0	175.500

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	93.405	89.002
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	86.970	87.179
7.01.02	Outras Receitas	6.435	1.823
7.01.02.01	Receita de serviços de construção	5.798	1.000
7.01.02.02	Receitas acessórias	637	823
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.001	-16.928
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.995	-5.711
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.788	-1.130
7.02.04	Outros	-13.218	-10.087
7.02.04.01	Custo da concessão	-2.392	-2.873
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-5.798	-1.000
7.02.04.03	Custos de provisão para manutenção em rodovias	-4.456	-5.784
7.02.04.04	Outros	-572	-430
7.03	Valor Adicionado Bruto	72.404	72.074
7.04	Retenções	-12.112	-9.618
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.112	-9.618
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	60.292	62.456
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.185	6.247
7.06.02	Receitas Financeiras	17.185	6.247
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	77.477	68.703
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	77.477	68.703
7.08.01	Pessoal	4.715	3.611
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.678	2.634
7.08.01.02	Benefícios	790	790
7.08.01.03	F.G.T.S.	247	187
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.426	23.065
7.08.02.01	Federais	17.940	18.559
7.08.02.02	Estaduais	112	112
7.08.02.03	Municipais	4.374	4.394
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.301	11.761
7.08.03.01	Juros	21.298	10.230
7.08.03.02	Aluguéis	381	349
7.08.03.03	Outras	1.622	1.182
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.035	30.266
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.213	1.804
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.822	28.462

Comentário do Desempenho



Itirapina, 14 de maio de 2015 – A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2014 (2T14), período encerrado em 30 de setembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado

O volume do tráfego pedagiado no 1T15 foi de 13,3 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma retração de 6,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e de 11,0% em relação ao 4T14, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho o que torna o consumo enfraquecido. Além disso, com a inflação em alta, temos como resultado a diminuição da renda disponível das famílias e também os impactos do cenário político e econômico, com efeitos adicionais das crises hídrica e de energia, por exemplo, afetando a confiança e impactando negativamente na produção industrial.

Receita Operacional Bruta

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T15 de R\$ 93,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 4,4 milhões ou 4,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pela receita de obras decorrentes da execução das vias marginais de Jaú e também pela aquisição de 07 das ambulâncias em substituição aos serviços terceirizados. Em relação ao 4T14, houve queda de R\$ 7,0 milhões, ou 7,0% consequência da queda do tráfego conforme comentado anteriormente.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas totais no 1T15 (excluído depreciação e amortização) aumentaram R\$5,8 milhões ou 29,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados principalmente pelos custos de serviço construção com a execução da obra das vias marginais de Jaú – SP que foi incluída no cronograma do contrato de concessão. Em comparação ao 4T14 diminuíram R\$13,2 milhões, ou 33,8% tendo como destaque a conta de provisão de manutenção que pela antecipação das obras da 3ª Intervenção da SP 225 e 310, inicialmente prevista para 2015, contribuíram para o menor resultado.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA no trimestre diminuiu 2,3% e o EBITDA ajustado 7,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho, pela inflação

Comentário do Desempenho



em alta e também os impactos do cenário político e econômico, com efeitos adicionais das crises hídrica e de energia, afetando e impactando negativamente na produção industrial. Em relação ao 4T14, o EBITDA aumentou 13,6% principalmente em razão da diminuição em maior proporção dos custos de despesas em relação à receita. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o EBITDA apresenta queda de 13,7%.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido apresentou um resultado negativo de R\$6,8 milhões no 1T15, sendo 34,7% maior que o resultado negativo de R\$5,0 milhões registrado no 4T14. Essa redução está diretamente relacionada ao aumento das despesas financeiras, consequência da alta das taxas de juros (CDI) que remuneraram as debêntures.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve lucro de R\$27,0 milhões no 1T15, apresentando uma queda de 10,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e um aumento de 11,0% em relação ao 4T14, em razão das variações previamente apresentadas.

Endividamento

- A Centrovias encerrou o 1T15 com um endividamento bruto de R\$522,7 milhões contra R\$568,9 milhões no trimestre anterior. A diminuição decorre da amortização do valor principal e dos juros acumulados do período referente as debêntures (série CDI).
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$316,1 milhões no 4T14 para R\$363,2 milhões no 1T15, apresentando um aumento de R\$ 47,0 milhões. O acréscimo é decorrente da diminuição do caixa e equivalente de caixa e também do saldo da aplicação financeira vinculada pelos pagamentos dos juros e principal das debentures e pelo pagamento dos dividendos de 2014.

Investimentos

- Durante o 1T15 foram desembolsados R\$1,5 milhão em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos do contrato de concessão, dentre os principais investimentos destaca-se a 3ª intervenção de pavimento na SP 310 e SP 225, implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP 225 e SP 310.
- As obras de manutenção e conservação das rodovias somaram R\$16,6 milhões no 1T15, representando 47,9% do montante total desembolsado.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	13.287.128	14.932.955	14.182.211	-11,0%	-6,3%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECETA OPERACIONAL BRUTA	93.405	100.420	89.002	-7,0%	4,9%
Receitas de pedágio	86.970	98.103	87.179	-11,3%	-0,2%
Receitas de obras	5.798	1.647	1.000	252,0%	479,8%
Receitas acessórias	637	670	823	-4,9%	-22,6%
DEDUÇÕES DA RECETA	(7.607)	(8.572)	(7.642)	-11,3%	-0,5%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	85.798	91.848	81.360	-6,6%	5,5%
CUSTOS E DESPESAS	(25.863)	(39.092)	(20.028)	-33,8%	29,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.344)	(12.491)	(11.215)	-9,2%	1,2%
Custo dos serv. de construção	(5.798)	(1.647)	(1.000)	252,0%	479,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.830)	(5.128)	(2.023)	-25,3%	89,3%
Remuneração da administração	(439)	(265)	-	65,7%	-
Despesas tributárias	(1)	(24)	(6)	-95,8%	-83,3%
Provisão para manutenção em rodovias	(4.456)	(19.537)	(5.784)	-77,2%	-23,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	5	-	-	-	-
EBITDA	59.935	52.756	61.332	13,6%	-2,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>69,9%</i>	<i>57,4%</i>	<i>75,4%</i>		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(12.112)	(11.458)	(9.618)	5,7%	25,9%
Depreciação de imobilizado	(13)	(133)	(73)	-90,2%	-82,2%
Amortização do intangível	(12.099)	(11.325)	(9.545)	6,8%	26,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(6.843)	(5.079)	(6.717)	34,7%	1,9%
Receitas financeiras	17.185	16.738	6.247	2,7%	175,1%
Despesas financeiras	(24.028)	(21.817)	(12.964)	10,1%	85,3%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	40.980	36.219	44.997	13,1%	-8,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(13.945)	(11.859)	(14.731)	17,6%	-5,3%
Corrente	(11.609)	(17.286)	(15.200)	-32,8%	-23,6%
Diferido	(2.336)	5.427	469	-143,0%	-598,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.035	24.360	30.266	11,0%	-10,7%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
EBITDA ¹	59.935	52.756	61.332	13,6%	-2,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4.456	19.537	5.784	-77,2%	-23,0%
EBITDA Ajustado ²	64.391	72.293	67.116	-10,9%	-4,1%
<p>¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.</p> <p>² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.</p>					

Notas Explicativas

***Centrovias Sistemas
Rodoviários S.A.***

*Informações Trimestrais Para o Período
Findo em 31 de Março de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas Rodoviários S.A.CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2015, os montantes de R\$38.144 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$87.699 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	31.714	31.199
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	30.701	30.188
Efeito do ajuste a valor presente	(1.013)	(1.011)
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	12.371	12.217
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	12.059	11.912
Efeito do ajuste a valor presente	(312)	(305)
<u>Não circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	30.656	37.183
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	27.665	33.399
Efeito do ajuste a valor presente	(2.991)	(3.784)
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	25.979	28.402
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	23.432	25.464
Efeito do ajuste a valor presente	(2.547)	(2.938)

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.090	1.623
Aplicações financeiras (*)	<u>153.790</u>	<u>191.039</u>
Total	<u>154.880</u>	<u>192.662</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. As aplicações financeiras são remuneradas na média a [101%] da variação do CDI no período.

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.453	23.266
Cupons de pedágio a receber	368	331
Cartões de pedágio a receber	228	152
Receitas acessórias a receber	542	380
Total	<u>20.591</u>	<u>24.129</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 31 de março de 2015 o valor da aplicação é de R\$4.660 (R\$60.112 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média 94,83% da variação do CDI.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.244	1.267
Provisão de participação nos lucros	284	697
Direito de concessão incorporado (b)	(1.895)	(2.009)
Provisão para manutenção	58.366	63.587
Ajuste dos encargos financeiros	629	337
Ajustes de mudanças de práticas contábeis referente a adoção da Lei 12.973 (c):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	28.715	28.715
Amortização do saldo de mudança de prática	(6.949)	(5.330)
Base de cálculo	80.394	87.264
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>27.334</u>	<u>29.670</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

Ativo não circulante

2016	7.810
2017	7.810
2018	7.810
2019	3.904
	<u>27.334</u>

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	899	2.918	1.312	5.129
Adições	12	-	-	12
Transferências	-	-	(1.212)	(1.212)
Alienações/Baixas	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31.03.2015	<u>910</u>	<u>2.918</u>	<u>100</u>	<u>3.928</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2014	(503)	(2.471)	(146)	(3.120)
Depreciações	(21)	(39)	(16)	(76)
Alienações/Baixas	1	-	-	1
Transferências	-	-	62	62
Saldo em 31.03.2015	<u>(523)</u>	<u>(2.510)</u>	<u>(100)</u>	<u>(3.133)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2014	396	447	1.166	2.009
Saldo em 31.03.2015	<u>387</u>	<u>408</u>	-	<u>795</u>
Taxas anuais de depreciação - %	10	20	20	

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	588.476	40.280	9.474	2.308	640.538
Adições	4.585	-	-	1	4.586
Transferências/Reclassificações	1.212	-	-	-	1.212
Saldo em 31.03.2015	<u>594.273</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>2.309</u>	<u>646.336</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(383.420)	(31.491)	(7.405)	(1.488)	(423.804)
Amortizações	(9.792)	(1.750)	(411)	(83)	(12.036)
Transferências/Reclassificações	(62)	-	-	-	(62)
Saldo em 31.03.2015	<u>(393.274)</u>	<u>(33.241)</u>	<u>(7.816)</u>	<u>(1.571)</u>	<u>(435.902)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	205.056	8.789	2.069	820	216.734
Saldo em 31.03.2015	<u>200.999</u>	<u>7.039</u>	<u>1.658</u>	<u>738</u>	<u>210.434</u>
Taxas anuais de amortização	22	22	22	22	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Centrovias. Esse valor está sendo amortizado com base na taxa linear.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	Outubro/2017	404	286
			<u>404</u>	<u>286</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	Outubro/2017	675	782
			<u>675</u>	<u>782</u>
Total			<u>1.079</u>	<u>1.068</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 31 de março de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2016	320
2017	355
	<u>675</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.03.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	120.000	IPCA + 8% a.a. CDI + 0,99%	Março/2017	127.619	41.813	62.890	105.618
2ª emissão (b)	<u>40.000</u> 446.131	a.a.	Junho/2018	<u>67.983</u> 195.602	<u>285.760</u> 327.573	<u>115.379</u> 178.269	<u>285.760</u> 391.378
Custo de transação				(786)	(728)	(896)	(899)
Total				<u>194.816</u>	<u>326.845</u>	<u>177.373</u>	<u>390.479</u>

(a) 1ª emissão de debêntures - 2ª série de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures emitidas em 20 de março de 2014 com valor real unitário em 31 de março de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor Subscrito
1ª Emissão – 2ª Série	15.03.2010	120.000	27.04.2010	121.899
2ª Emissão	20.03.2014	<u>400.000</u>	25.03.2014	<u>400.527</u>
		<u>520.000</u>		<u>522.426</u>

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e passou a ser amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga semestralmente desde 20 de dezembro de 2014 e será amortizada semestralmente a partir de 20 de junho de 2015. |

Em |31 de março de 2015|, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	115.649
2017	153.956
2018	<u>57.240</u>
	<u>326.845</u>

As debêntures da 2ª série da 1ª emissão| contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Para a 1ª emissão conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, todas arquivadas na CVM.

Em |31 de março de 2015|, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 7.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>		<u>31.12.2014</u>			
Empréstimos:						
Arteris S.A. (c)	29.549		24.702			
Contas a receber:						
Autovias S.A.	6		6			
Total	<u>29.555</u>		<u>29.708</u>			
<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2015</u>		<u>31.12.2014</u>			
Empréstimos:						
Arteris S.A. (c)	<u>297.929</u>		<u>294.201</u>			
	<u>297.929</u>		<u>294.201</u>			
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>		<u>31.12.2014</u>			
Fornecedores:						
Latina Manutenção de Rodovias (a)	-		703			
Latina Sinalização de Rodovias (a)	279		320			
Contas a pagar:						
Arteris S.A. (b)	853		1.101			
Autovias S.A.	212		73			
Vianorte S.A.	-		49			
Total	<u>1.344</u>		<u>2.246</u>			
Juros sobre capital próprio:						
Arteris S.A.	<u>1.031</u>		<u>3.386</u>			
	<u>1.031</u>		<u>3.386</u>			
	<u>31.03.2015</u>		<u>31.03.2014</u>			
Contas de Resultado:	<u>Conservação da rodovia (a)</u>	<u>Receitas financeiras (c)</u>	<u>Despesas gerais (b)</u>	<u>Conservação da rodovia (a)</u>	<u>Receitas financeiras (c)</u>	<u>Despesas gerais (b)</u>
Arteris S.A.	-	10.088	1.840	-	4.385	539
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	2.527	-	-	2.226	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	-	-	-	264	-	-
Total	<u>2.527</u>	<u>10.088</u>	<u>1.840</u>	<u>2.490</u>	<u>4.385</u>	<u>539</u>

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (b) Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2015	31.12.2014
22/08/2008	Dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	20.000	16.309	15.385
18/09/2008	Dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	15.000	12.000	11.314
04/12/2008	Dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.510	1.421
17/12/2008	Dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.981	5.625
18/04/2013	Dezembro/2017	CDI + 1,70% a.a.	53.000	11.004	9.289
21/06/2013	Dezembro/2017	CDI + 1,70% a.a.	30.000	5.755	4.797
09/05/2014	Dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	10.000	969	681
20/05/2014	Dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	40.000	3.753	2.607
10/06/2014	Dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	55.000	4.808	3.241
07/07/2014	Dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	2.389	1.543
Total			<u>263.000</u>	<u>64.478</u>	<u>55.903</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$439 (R\$182 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$284 e R\$697.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	-	4.619
Contribuição social	1.881	2.825
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	203	247
Programa de integração social - PIS	198	214
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	915	989
Tributos federais retidos	145	163
Impostos sobre serviços – ISS	<u>1.651</u>	<u>1.853</u>
Total	<u>4.993</u>	<u>10.910</u>

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 31 de março de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

com reajuste de 5,04%, que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 19 de setembro de 2014 a Sociedade obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste a ser aplicado é de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no período de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir da 0h desta data.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Direito de outorga	11.606	11.422	11.918	11.727
Parcela variável (a)	453	490	453	490
Total	<u>12.059</u>	<u>11.912</u>	<u>12.371</u>	<u>12.217</u>

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Direito de outorga	23.432	25.464	25.979	28.402
Total	<u>23.432</u>	<u>25.464</u>	<u>25.979</u>	<u>28.402</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2015 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	26	38

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$4.276 (R\$2.926 de parcela fixa e R\$1.350 de parcela variável).

Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após março)	8.111
2017	10.815
2018	4.506
	<u>23.432</u>

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	292	53	(22)	(63)	260
Trabalhistas	975	28	-	(19)	984
Total	<u>1.267</u>	<u>81</u>	<u>(22)</u>	<u>(82)</u>	<u>1.244</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$599 e R\$382, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2015 (R\$584 e R\$127 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	30.188	33.399
Adições	-	2.473
Utilizações	(8.983)	-
Ajuste a valor presente	-	1.289
Transferências	9.496	(9.496)
Saldos em 31.03.2015	<u>30.701</u>	<u>27.665</u>

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2015, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$16.642 (R\$39.091 em 31 de dezembro de 2014).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$104.798, integralizado pelo valor de R\$75.819. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

		<u>31.03.2015</u>	
	<u>Quantidade de</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Participação -</u>
	<u>ações subscritas</u>	<u>de ações</u>	<u>%</u>
		<u>integralizadas</u>	
Arteris S.A.	101.483.834	73.421.368	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 31 de março de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$57.625, sendo pagos em março de 2015, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015 a Sociedade propôs distribuição lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.213, líquido de R\$182, referente ao imposto de renda retido na fonte.

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	86.970	87.179
Receita de serviços de construção	5.798	1.000
Outras receitas	637	823
	<u>93.405</u>	<u>89.002</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	93.405	89.002
ISSQN	(4.374)	(4.394)
PIS	(576)	(578)
COFINS	(2.657)	(2.670)
Receita líquida	<u>85.798</u>	<u>81.360</u>

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.971)	(1.048)
Serviços de terceiros	(726)	(518)
Manutenção de bens e conservação	(13)	(3)
Depreciação / Amortização	(13)	(73)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(59)	3
Seguros / Garantias	(1)	(2)
Consumo	(664)	(304)
Transportes	(144)	(114)
Despesas com comunicação e marketing	(74)	(22)
Outros	(179)	(15)
Total	<u>(3.843)</u>	<u>(2.096)</u>

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(5.798)	(1.000)
Com pessoal	(3.070)	(3.143)
Serviços de terceiros	(2.523)	(2.321)
Conservação	(2.308)	(2.667)
Manutenção e conservação de imóveis	(161)	(90)
Consumo	(512)	(361)
Transportes	(919)	(740)
Seguros / Garantias	(521)	(431)
Custos com poder concedente	(1.314)	(1.320)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.456)	(5.784)
Depreciação / Amortização	(12.099)	(9.545)
Outros	(16)	(142)
Total	<u>(33.697)</u>	<u>(27.544)</u>

Notas Explicativas Rodoviários S.A.**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	10.088	4.385
Aplicações financeiras	7.097	1.862
Total	<u>17.185</u>	<u>6.247</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(21.253)	(9.470)
Atualização monetária do ônus da concessão	(1.078)	(1.553)
Ajuste a valor presente	(1.289)	(856)
Outras despesas	(408)	(1.085)
Total	<u>(24.028)</u>	<u>(12.964)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5].

(b) Informações suplementares

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(13.499)	54
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	1.031	1.534

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.980	44.997
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(13.933)	(15.299)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	412	613
Outros ajustes	(424)	(45)
Despesa contabilizada	<u>(13.945)</u>	<u>(14.731)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(11.609)	(15.200)
Diferidos	(2.336)	469

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou antecipadamente esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2014.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro do período	27.035	30.266
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	73.421	68.599
Lucro por ação	<u>0,3682</u>	<u>0,4412</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.090	1.623
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	153.790	191.039
Aplicações financeiras	Nível 2	4.660	60.112
Contas a receber clientes	Nível 1	20.591	24.129
Partes relacionadas	Nível 1	327.484	318.909
Outras contas a receber	Nível 1	35	70
	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>
<u>Passivos</u>			
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	7.009	9.104
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.079	1.068
Debêntures	Nível 2	521.661	567.852
Partes relacionadas	Nível 1	2.375	5.632
Credores pela concessão	Nível 1	35.491	37.376
Outras contas a pagar	Nível 1	408	2.297

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a incorrer (*)	(46.874)	(57.753)	(36.011)	(68.648)
Receita de aplicações financeiras	19.204	24.005	14.403	28.806
Receita financeira de mútuo	43.935	53.705	34.130	63.900
IPCA	5,64%	7,05%	4,23%	8,46%
Juros a incorrer (*)	(15.472)	(17.144)	(13.800)	(18.816)
Juros a incorrer líquido (*)	793	2.813	(1.278)	5.242

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$19.453 (R\$23.266 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados,

Notas Explicativas Rodoviários S.A.

através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</u>	<u>2015 (após março)</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Total</u>
Debêntures – CDI	12,4%	162.323	148.040	194.081	504.444
Debêntures - IPCA	24,9%	-	76.907	80.871	157.778
Outorga	3,2%	9.177	12.894	19.640	41.711
Total		<u>171.500</u>	<u>237.841</u>	<u>294.592</u>	<u>703.933</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	24.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	131.448
(*) Por sinistro		

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Itirapina - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9